

## Sumário

AGRADECIMENTOS .....	IX
PREFÁCIO .....	XIII
INTRODUÇÃO .....	1
INTRODUÇÃO À 3ª EDIÇÃO .....	5
INTRODUÇÃO À 4ª EDIÇÃO .....	7
INTRODUÇÃO À 5ª EDIÇÃO .....	9
1 — PARTE GERAL.....	11
1. O NOVO DIPr E OS DIREITOS HUMANOS .....	13
1.1 Direitos humanos e direitos fundamentais – a proteção da pessoa humana .....	26
2. O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO ATUAL: OS SUJEITOS E SEU CONTEÚDO NUCLEAR .....	33
3. MÉTODOS DE ESCOLHA DA LEI APLICÁVEL.....	39
3.1 O método de DIPr — breve histórico.....	40
3.2 O Método Conflitual Tradicional.....	44
3.3 O Sistema Unilateral – A Revolução Americana.....	49
4. AS MODIFICAÇÕES NO DIPr EUROPEU.....	55
4.1 A convergência com os princípios do direito americano.....	55
4.2 A codificação internacional e as Convenções da Haia.....	57
4.3 A codificação comunitária.....	61

4.3.1 Regulamento nº 44/2001 relativo à Competência Judiciária, ao Reconhecimento e à Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial .....	62
4.3.2 Regulamento nº 2.201/2003 do Conselho da União Européia relativo à Competência, ao Reconhecimento e à Execução de Decisões em Matéria Matrimonial e em Matéria de Responsabilidade Parental.....	65
4.3.3 A Convenção de Roma sobre a Lei Aplicável às Obrigações Contratuais, de 19 de junho de 1980.....	67
4.3.4 As Diretivas.....	70
4.4 A Codificação Nacional .....	72
5. A SITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL .....	77
5.1 A codificação internacional – As CIDIPs.....	78
5.1.1 A Convenção Interamericana sobre o Direito Aplicável aos Contratos Internacionais .....	90
5.2 A codificação do Mercosul .....	96
5.3 A codificação nacional.....	102
5.4 O exemplo brasileiro — Codificação do DIPr no Brasil.....	103
6. OS LIMITES À APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA.....	107
6.1 Ordem pública e regras de caráter imperativo .....	107
6.2 Ordem pública no DIPr e os direitos fundamentais .....	112
6.2.1 Breves notas sobre a argumentação jurídica.....	115
6.2.2 A aplicação da nova concepção de ordem pública no DIPr atual .....	123
6.2.3 A aplicação do Princípio da Ordem Pública pelo STF.....	131
7. FONTES DE DIPr E SEUS CONFLITOS .....	137
7.1 Histórico do ensino do DIPr no Brasil e sua literatura.....	137
7.2 Fontes do DIPr no Brasil .....	141
7.2.1 Fontes de origem nacional.....	141
7.2.2 Fontes de origem internacional .....	142
7.3 Conflitos de fontes .....	144
7.3.1 Incorporação dos tratados no direito interno brasileiro .....	145
7.3.2 Fases da incorporação dos tratados .....	147
7.3.3 A polêmica entre os dualistas e monistas .....	154
7.3.4 A jurisprudência .....	158

7.3.5 O parágrafo 3º do artigo 5º da CF (EC 45) .....	178
Quadros-Resumo.....	191
II — PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL .....	223
8. PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL.....	225
9. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL NO BRASIL.....	231
9.1 Competência concorrente .....	242
9.2 Competência exclusiva.....	256
10. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO .....	261
10.1 Desenvolvimento histórico do conceito de imunidade de jurisdição .....	262
10.2 Nas convenções internacionais.....	264
10.3 No Brasil.....	265
10.3.1. Regulamentação.....	265
10.3.2 Posição da jurisprudência.....	267
10.4 A sujeição do Estado Brasileiro à justiça estrangeira .....	274
11. APLICAÇÃO E PROVA DO DIREITO ESTRANGEIRO.....	277
12. A CAUÇÃO DE ESTRANGEIRO OU PESSOA JURÍDICA DOMICILIADA NO EXTERIOR.....	287
13. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL .....	291
13.1 Cartas rogatórias.....	301
13.1.1. Evolução das cartas rogatórias no Brasil.....	302
13.1.2 Requisitos e situação atual das cartas rogatórias passivas.....	304
13.1.3 Convenções internacionais .....	307
13.1.4 A jurisprudência do STF e do STJ .....	316
13.2 Sentenças Estrangeiras .....	325
13.2.1 Requisitos da homologação de sentenças estrangeiras.....	332
13.2.2 Outras hipóteses de homologação de sentenças estrangeiras.....	345
13.2.3 Execução da sentença estrangeira .....	355
Quadros-Resumo.....	359
III — PARTE ESPECIAL.....	381
14. CONTRATOS INTERNACIONAIS.....	383
14.1 Histórico das regras de conexão.....	386



14.2 Regra de conexão no Brasil.....	388
14. 3 O princípio da autonomia da vontade .....	390
14.3.1 O princípio no Brasil .....	393
14.4 Outras questões sobre a lei aplicável .....	398
14.4.1 Eleição de foro .....	402
14.4.2 Contratos internacionais com os consumidores.....	412
14.5 As regras do Mercosul .....	416
14.6 A jurisprudência .....	416
14.6.1 Ausência de local de celebração determinado.....	425
14.6.2 Dépeçage ou fracionamento .....	426
14.6.3 A cláusula de eleição de foro .....	427
15. DIREITO DE FAMÍLIA NO DIPR .....	441
15.1. O casamento e seus efeitos para o DIPr .....	444
15.1.1 Casamento celebrado no Brasil .....	445
15.1.2 Habilitação de nubente divorciado no estrangeiro .....	448
15.1.3 Casamento consular celebrado no Brasil.....	450
15.1.4. Casamentos celebrados no exterior.....	453
15.1.5 Casamento celebrado no exterior, perante a autoridade consular brasileira.....	461
15.1.6 Os efeitos pessoais do casamento e as regras de DIPr .....	461
15.1.7 Efeitos patrimoniais do casamento.....	472
15.2 A dissolução do casamento .....	490
16. SUCESSÃO INTERNACIONAL.....	495
16.1 A sucessão e o DIPr.....	497
16.2 O testamento com efeitos em outro país .....	505
17. ARBITRAGEM INTERNACIONAL.....	509
17.1. Histórico.....	509
17.2 Validade, reconhecimento e força executiva perante o Judiciário local .....	511
17.3 Arbitragem interna e internacional: admissibilidade.....	513
Convenção de arbitragem: regras básicas.....	513
Cláusulas multiparte.....	515
Medidas cautelares (em sede arbitral ou judicial): admissibilidade de sua decretação nas arbitragens internas e internacionais.....	516
Laudo arbitral e sua motivação .....	517

Recursos contra a sentença arbitral – sede de decisão e motivos .....	518
Tratados internacionais nos quais o Brasil é parte de reconhecimento e execução de laudos estrangeiros.....	519
17.4 A prática arbitral .....	529
18. ALIMENTOS NO PLANO INTERNACIONAL .....	531
18.1 A legislação brasileira: normas de origem interna e internacional ....	532
18.2 Iniciativas globais e regionais .....	533
18.2.1 A Convenção de Nova York.....	534
18.2.2 A Convenção Interamericana .....	537
18.3 Jurisprudência brasileira sobre alimentos no plano internacional.....	540
18.5 Iniciativas recentes no tema de alimentos: o trabalho da Comissão Especial sobre cobrança de alimentos da Conferência da Haia .....	544
19. ASPECTOS CIVIS DE SEQÜESTRO DE MENORES .....	551
19.1 A regulamentação brasileira .....	554
19.2 Convenções internacionais e sua aplicação no Brasil.....	555
19.2.1 A Convenção da Haia sobre os Aspectos Civis do Seqüestro de Menores e sua aplicação no Brasil .....	556
19.2.2 Jurisprudência brasileira da convenção .....	564
19.2.3 Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores .....	570
Quadros-Resumo.....	573
CONCLUSÕES.....	617
BIBLIOGRAFIA .....	623
 ANEXOS	
1. Legislação.....	649
1.1 Lei de Introdução ao Código Civil.....	649
1.2. Resolução nº 9 do STJ (4 de maio de 2005) .....	653
2. Convenções de DIPr em vigor .....	655

